



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0007693-64.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor**  
 Requerente: **CIBELE CRISTINA NETTO FIRMINO**  
 Requerido: **APPLE COMPUTER BRASIL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um I Phone fabricado pela ré, o qual apresentou problemas de funcionamento.

Almeja à restituição do valor pago ou à troca do produto.

As preliminares arguidas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

Com efeito, a realização de perícia é prescindível à solução do litígio, como adiante se verá, e não há comprovação concreta de que entre o surgimento dos problemas relatados a fl. 01 e a propositura da ação tivesse decorrido o prazo decadencial para tanto.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, a pretensão deduzida não pode prosperar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

A própria autora reconheceu que os vícios que descreveu surgiram quando já expirado o prazo da garantia do produto.

Como se não bastasse, em momento algum atribuiu à ré o desinteresse pelo seu reparo, até porque sequer mencionou o respectivo encaminhamento à assistência técnica para a devida análise.

Em contrapartida, a ré deixou claro que disponibiliza o suporte necessário para a verificação do que sucedeu com o aparelho em apreço, com a ressalva de que tal serviço não é gratuito.

Diante desse panorama, reputo que inexistente amparo à postulação da autora.

Escoada a garantia pertinente, ela deverá diligenciar o conserto do bem com o pagamento afim, a exemplo do que se dá em situações análogas.

Por relevante, destaco que nada denota que implementadas as medidas necessárias os problemas persistirão, o que importa dizer que não se cogita por ora do término da vida útil do aparelho comprado pela autora.

No contexto atual, ela não faz jus à devolução do que despendeu ou à troca do mesmo, de sorte que não vingam o pleito exordial.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**